

**LUIZ REGIS PRADO**

# **DIREITO PENAL ECONÔMICO**

**9<sup>a</sup>**  
edição **revista,  
atualizada  
e ampliada**



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 09.04.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
Copyright © 2021 by  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Forense a partir da 8ª edição.
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

P917d

Prado, Luiz Regis

Direito Penal Econômico / Luiz Regis Prado. – 9. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-59-64117-8

1. Direito penal econômico – Brasil. I. Título.

21-70184

CDU: 343.37(81)

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### DELITOS CONTRA A ORDEM ECONÔMICA

LEIS 8.137/1990 E 8.176/1991

<b>Seção I – Delitos contra a Ordem Econômica. Lei 8.137/1990 (artigos 4.º a 6.º) .....</b>	<b>5</b>
1.1. Considerações gerais.....	5
1.2. Artigo 4.º da Lei 8.137/1990 .....	13
1.3. Artigos 5.º e 6.º da Lei 8.137/1990 .....	23
<b>Seção II – Delitos contra a Ordem Econômica. Lei 8.176/1991 (artigos 1.º e 2.º) .....</b>	<b>25</b>
2.1. Artigo 1.º da Lei 8.176/1991 .....	25
2.2. Artigo 2.º da Lei 8.176/1991 .....	32

### PARTE II

#### DELITOS CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO

LEIS 8.078/1990 E 8.137/1990

<b>Seção I – Delitos contra as Relações de Consumo. Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor (artigos 61 a 74) .....</b>	<b>41</b>
1.1. Considerações gerais .....	41
1.2. Artigo 63 da Lei 8.078/1990.....	47
1.3. Artigo 64 da Lei 8.078/1990 .....	54
1.4. Artigo 65 da Lei 8.078/1990.....	58

1.5.	Artigo 66 da Lei 8.078/1990.....	61
1.6.	Artigo 67 da Lei 8.078/1990.....	68
1.7.	Artigo 68 da Lei 8.078/1990.....	79
1.8.	Artigo 69 da Lei 8.078/1990.....	82
1.9.	Artigo 70 da Lei 8.078/1990.....	85
1.10.	Artigo 71 da Lei 8.078/1990.....	90
1.11.	Artigo 72 da Lei 8.078/1990.....	95
1.12.	Artigo 73 da Lei 8.078/1990.....	98
1.13.	Artigo 74 da Lei 8.078/1990.....	102

**Seção II – Delitos contra as Relações de Consumo. Lei 8.137/1990  
(art. 7.º) .....**

2.1.	Artigo 7.º da Lei 8.137/1990 .....	107
------	------------------------------------	-----

**PARTE III**

**DELITOS CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, O  
SIGILO DAS OPERAÇÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS  
E FINANÇAS PÚBLICAS, DELITOS CONTRA O MERCADO DE  
CAPITAIS**

**Seção I – Delitos contra o Sistema Financeiro Nacional. Lei  
7.492/1986 (artigos 1.º a 23) .....**

1.1.	Considerações gerais.....	131
1.2.	Artigo 2.º da Lei 7.492/1986 .....	136
1.3.	Artigo 3.º da Lei 7.492/1986 .....	141
1.4.	Artigo 4.º da Lei 7.492/1986 .....	143
1.5.	Artigo 5.º da Lei 7.492/1986 .....	150
1.6.	Artigo 6.º da Lei 7.492/1986 .....	154
1.7.	Artigo 7.º da Lei 7.492/1986 .....	157
1.8.	Artigo 8.º da Lei 7.492/1986 .....	162
1.9.	Artigo 9.º da Lei 7.492/1986 .....	166

1.10.	Artigo 10 da Lei 7.492/1986.....	170
1.11.	Artigo 11 da Lei 7.492/1986.....	172
1.12.	Artigo 12 da Lei 7.492/1986.....	175
1.13.	Artigo 13 da Lei 7.492/1986.....	180
1.14.	Artigo 14 da Lei 7.492/1986.....	183
1.15.	Artigo 15 da Lei 7.492/1986.....	185
1.16.	Artigo 16 da Lei 7.492/1986.....	187
1.17.	Artigo 17 da Lei 7.492/1986.....	189
1.18.	Artigo 18 da Lei 7.492/1986.....	194
1.19.	Artigo 19 da Lei 7.492/1986.....	197
1.20.	Artigo 20 da Lei 7.492/1986.....	200
1.21.	Artigo 21 da Lei 7.492/1986.....	202
1.22.	Artigo 22 da Lei 7.492/1986.....	205
1.23.	Artigo 23 da Lei 7.492/1986.....	209

**Seção II – Delitos contra o Sigilo das Operações de Instituições Financeiras. Lei Complementar 105/2001 (art. 10).....** 215

**Seção III – Delitos contra as Finanças Públicas. Código Penal (artigos 359-A a 359-H).....** 233

3.1.	Art. 359-A do Código Penal – Contratação de operação de crédito.....	233
3.2.	Artigo 359-B do Código Penal – Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar .....	242
3.3.	Artigo 359-C do Código Penal – Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura.....	246
3.4.	Artigo 359-D do Código Penal – Ordenação de despesa não autorizada .....	249
3.5.	Artigo 359-E do Código Penal – Prestação de garantia graciosa.....	251
3.6.	Artigo 359-F do Código Penal – Não cancelamento de restos a pagar .....	254

3.7.	Artigo 359-G do Código Penal – Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura.....	256
3.8.	Artigo 359-H do Código Penal – Oferta pública ou colocação de títulos no mercado .....	259
<b>Seção IV – Delitos contra o Mercado de Capitais. Lei 6.385/1976 (artigos 27-C a 27-F).....</b>		<b>263</b>
4.1.	Considerações gerais.....	265
4.2.	Manipulação de mercado .....	267
4.3.	Uso indevido de informação privilegiada.....	269
4.4.	Exercício irregular de cargo, profissão, atividade ou função .....	274
4.5.	Disposições sobre a fixação da pena de multa .....	276
 <b>PARTE IV</b> <b>DELITOS CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, DELITOS DE</b> <b>DESCAMINHO E CONTRABANDO</b> <b>LEI 8.137/1990 E CÓDIGO PENAL</b>		
<b>Seção I – Delitos contra a Ordem Tributária. Lei 8.137/1990 (artigos 1.º a 3.º) .....</b>		<b>283</b>
1.1.	Considerações gerais.....	283
1.2.	Artigo 1.º da Lei 8.137/1990 .....	290
1.3.	Artigo 2.º da Lei 8.137/1990 .....	313
1.4.	Artigo 3.º da Lei 8.137/1990 .....	326
<b>Seção II – Descaminho e Contrabando. Código Penal (artigos 334 e 334-A) .....</b>		<b>339</b>
2.1.	Considerações gerais.....	339
2.2.	Descaminho .....	341
2.3.	Contrabando.....	351

**PARTE V**  
**DELITOS CONTRA O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO**  
**CÓDIGO PENAL E DELITOS LICITATÓRIOS**

<b>Seção I – Delitos contra a Previdência Social. Código Penal (artigos 168-A e 337-A).....</b>	<b>365</b>
1.1. Artigo 168-A do Código Penal – Apropriação indébita previdenciária.....	365
1.2. Art. 337-A do Código Penal – Sonegação de contribuição previdenciária .....	384
<b>Seção II – Delitos Licitatórios. Lei 14.133/2021 (artigo 178 da Lei 14.133/2021 e artigos 337-E a 337-P do Código Penal).....</b>	<b>401</b>
2.1. Considerações gerais.....	402
2.2. Contratação direta ilegal .....	407
2.3. Frustração do caráter competitivo de licitação .....	410
2.4. Patrocínio de contratação indevida .....	412
2.5. Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo.....	415
2.6. Perturbação de processo licitatório.....	418
2.7. Violação de sigilo em licitação .....	419
2.8. Afastamento de licitante.....	420
2.9. Fraude em licitação ou contrato.....	422
2.10. Contratação inidônea .....	426
2.11. Impedimento indevido.....	429
2.12. Omissão grave de dado ou de informação por projetista .....	431
2.13. Aplicação da pena de multa.....	434

**PARTE VI**  
**DELITOS DE LAVAGEM DE CAPITAIS**  
**LEI 9.613/1998**

<b>Seção I – Delitos de “Lavagem” ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores .....</b>	<b>441</b>
1.1. Considerações gerais.....	441
1.2. Artigo 1.º da Lei 9.613/1998 .....	453

**PARTE VII**  
**CRIME ORGANIZADO**  
**LEI 12.850/2013**

<b>Considerações Gerais.....</b>	<b>477</b>
<b>Seção I – Delito de Organização Criminosa (art. 2.º da Lei 12.850/2013).....</b>	<b>487</b>
1.1. Artigo 2.º da Lei 12.850/2013 .....	487
<b>Seção II – Delitos relativos à investigação e à obtenção da prova (artigos 18 a 21 da Lei 12.850/2013).....</b>	<b>499</b>
2.1. Artigo 18 da Lei 12.850/2013.....	500
2.2. Artigo 19 da Lei 12.850/2013.....	502
2.3. Artigo 20 da Lei 12.850/2013.....	505
2.4. Artigo 21 da Lei 12.850/2013.....	508
<b>Bibliografia Geral.....</b>	<b>513</b>
<b>Índice Alfabético-remissivo.....</b>	<b>525</b>